

nº 80 - abril de 2016

Balanço das negociações dos reajustes salariais de 2015





Balanço das negociações dos reajustes salariais de 2015

O DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, através do Sistema de Acompanhamento de Salários (SAS-DIEESE), apresenta os resultados das negociações dos reajustes salariais realizadas em 2015.

Foram analisados os reajustes de 708 unidades de negociação da indústria, comércio e serviços em quase todo o território nacional. Os dados revelam que cerca de 52% dos reajustes salariais apresentaram ganhos, ficando acima da inflação medida pelo INPC¹, 30% foram em valor equivalente à variação do índice e 18% ficaram abaixo. O aumento real médio em 2015 foi de 0,23%.

Resultados

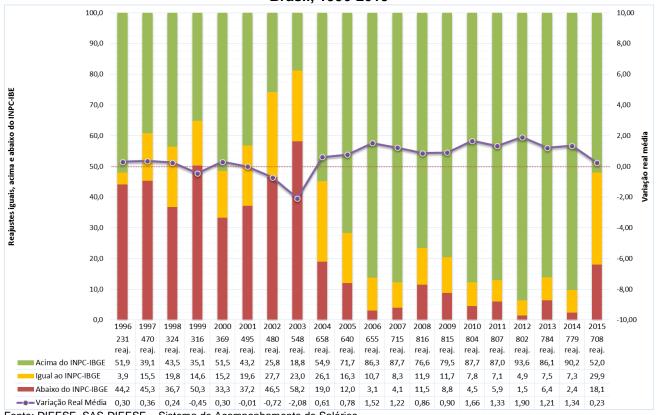
Uma das principais características das negociações salariais de 2015 é o aumento na proporção dos reajustes em valor igual e abaixo da variação do INPC. Desde 2004 não se observava um resultado tão desfavorável para os trabalhadores. Naquele ano, cerca de 19% dos reajustes considerados ficaram abaixo do inflação, 26% tiveram valor igual e 55% resultaram em ganhos reais aos salários, patamares muito próximos ao observado em 2015. A variação real média em 2004 foi de 0,61% acima da variação do INPC; superior, portanto, ao do último ano.

Em que pese a piora dos reajustes, os resultados de 2015 são notoriamente melhores do que os observados no período anterior a 2004, como pode ser observado no Gráfico 1, a seguir.

¹ Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



GRÁFICO 1
Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com o INPC-IBGE, e variação real média dos reajustes
Brasil, 1996-2015



A Tabela 1 apresenta a distribuição dos reajustes salariais de 2015 segundo faixas de ganho e perda real em relação à inflação medida pelo INPC. Os dados informam que os ganhos e perdas reais se concentraram nas faixas mais próximas à variação da inflação. Cerca de 38% do total dos reajustes — ou 69% dos reajustes acima da inflação — resultaram em ganhos de até 1%; e aproximadamente 12% de todos os reajustes — ou 66% dos que ficaram abaixo da inflação — resultaram em perdas de até 1%. Estas duas faixas, mais os reajustes em valor igual ao INPC, abrangem cerca de 79% do painel analisado.

Também chama a atenção o fato de que 11% dos reajustes tenham resultado em ganhos reais entre 1% e 2% acima do INPC.



TABELA 1
Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com o INPC-IBGE
Brasil, 2015

	Brasii, 2015	
Variação	Reajusto	es Salariais
Variação	nº	%
Acima do INPC-IBGE	368	52,0
Mais de 5% acima	5	0,7
De 4,01% a 5% acima	0	0,0
De 3,01% a 4% acima	7	1,0
De 2,01% a 3% acima	13	1,8
De 1,01% a 2% acima	77	10,9
De 0,01% a 1% acima	266	37,6
Igual ao INPC-IBGE	212	29,9
De 0,01% a 1% abaixo	84	11,9
De 1,01% a 2% abaixo	25	3,5
De 2,01% a 3% abaixo	11	1,6
De 3,01% a 4% abaixo	6	0,8
De 4,01% a 5% abaixo	0	0,0
Mais de 5% abaixo	2	0,3
Abaixo do INPC-IBGE	128	18,1
Total	708	100,0

A Tabela 2 traz a comparação das variações reais dos reajustes no período de 2008 a 2015, segundo estatísticas selecionadas.² Os dados mostram que em 2015 houve uma diminuição da amplitude do intervalo dos ganhos – medida pela distância entre os ganhos do primeiro e terceiro quartil – e uma redução da magnitude destes ganhos – as variações reais ficaram mais próximas de zero.

² Utilizou-se 2008 como marco para a comparação por ser o ano em que o SAS-DIEESE passou a acompanhar os reajustes de um painel controlado de unidades de negociação, o que confere maior consistência estatística à análise.



TABELA 2
Estatísticas sobre a variação real dos reajustes⁽¹⁾
Brasil, 2008-2015

Aumento real (%)	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
3º quartil	1,51	1,49	2,39	1,88	2,48	1,82	1,84	0,61
Médio	0,86	0,90	1,66	1,33	1,90	1,21	1,34	0,23
Mediano	0,69	0,71	1,43	1,22	1,81	1,15	1,32	0,04
1º quartil	0,06	0,07	0,48	0,55	0,98	0,47	0,65	0,00
Reajustes (nº)	816	815	804	807	802	784	779	708

Nota: (1) Valores positivos equivalem a aumentos reais e valores negativos, a perdas reais

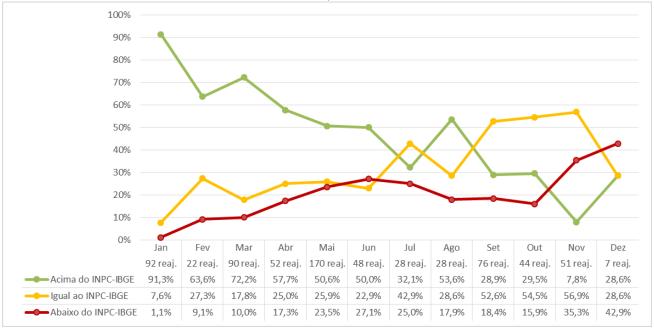
Reajustes salariais por data-base

O desempenho das negociações salariais não foi o mesmo ao longo de 2015. À medida que o ano avançava, menos categorias logravam conquistar ganhos reais. É o que revela o Gráfico 2, a seguir, com o resultado das negociações segundo as datas-bases do ano.

De janeiro a junho, a queda na proporção dos reajustes acima da variação do INPC foi contrabalançada pelo aumento na proporção tanto dos reajustes iguais à variação do índice, como na dos reajustes abaixo. A partir de julho, os reajustes abaixo da inflação deixam de subir e passam gradualmente a perder peso relativo para os reajustes iguais à inflação (salvo no mês de agosto, quando os reajustes acima da inflação são os mais frequentes). Em novembro, o quadro muda novamente: a proporção dos reajustes abaixo da inflação torna a subir, atingido o patamar de 35%, os reajustes iguais à inflação, que já vinham subindo, salvo em agosto, atingem a sua maior marca no ano (57%) e os reajustes acima da inflação atingem o seu nível mais baixo: 8%. Em dezembro, os reajustes abaixo da inflação sobem mais um pouco (43% das negociações). Os reajustes acima da inflação sobem também (29%) e os reajustes em valor igual à variação do INPC caem, atingindo a mesma proporção dos ganhos reais (29%). No entanto, os dados de dezembro precisam ser vistos com reserva devido ao baixo número de reajustes coletados até a elaboração do balanço.



GRÁFICO 2
Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com o INPC-IBGE, por data-base
Brasil. 2015



Uma possível explicação para a deterioração dos reajustes salariais ao longo do ano pode ser encontrada no agravamento do quadro econômico nacional, principalmente no que se refere ao comportamento do nível de atividade, da ocupação e da inflação.

A Tabela 3 mostra a evolução dos índices de reajuste necessário por data-base em 2015. Como pode ser observado, à medida em que o ano avançava, maiores se tornavam os valores. A Tabela 4 apresenta a variação do PIB de 2015 por trimestre. Os dados revelam a consolidação de um quadro recessivo. E a Tabela 5 mostra a evolução das taxas de desemprego medida pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) em cinco regiões metropolitanas. Em todas, nota-se o aumento das taxas, mesmo nos últimos meses do ano, quando, por sazonalidade, a redução das taxas é esperada (salvo o observado em dezembro em Porto Alegre, onde a taxa diminuiu, e em São Paulo, onde se manteve praticamente estável).³

Embora não seja possível determinar o peso de cada um dos fatores no resultado das negociações coletivas, tampouco afirmar que a sua influência é a mesma para cada uma das negociações consideradas, deve-se reconhecer a sua contribuição para o desempenho menos favorável dos reajustes salariais em 2015. É sabido que o patamar inflacionário, o nível de atividade

(Ver em: http://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2016/boletimConjuntura006.pdf)

³ Para uma análise mais detalhada da evolução dos indicadores socioeconômicos brasileiros, recomenda-se a leitura do Boletim de Conjuntura do DIEESE, nº 6, publicado em março deste ano.



econômica e o nível de emprego são fatores importantes para o sucesso de uma campanha salarial. Outros fatores, como a força da organização sindical e a capacidade de mobilização dos trabalhadores, não podem ser ignorados. Por sinal, uma das possíveis explicações para a reversão da piora dos resultados no começo do segundo semestre pode ser atribuída ao fato de que esse período do ano concentra as datas-bases de algumas das principais categorias profissionais brasileiras.

TABELA 3
Reajuste necessário, por data-base, segundo índice inflacionário
Brasil 2015

Brasii, 2015									
Data-base	INPC-IBGE (12 meses)	ICV-DIEESE (12 meses)							
Janeiro	6,23	6,73							
Fevereiro	7,13	7,05							
Março	7,68	7,90							
Abril	8,42	8,38							
Maio	8,34	8,36							
Junho	8,76	8,82							
Julho	9,31	9,71							
Agosto	9,81	10,00							
Setembro	9,88	10,05							
Outubro	9,90	10,33							
Novembro	10,33	10,64							
Dezembro	10,97	11,19							

Fonte: IBGE, DIEESE

TABELA 4
Principais números do PIB, por trimestre
Brasil. 2015

,				
Taxas (%)	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.
Trimestre / trimestre imediatamente anterior (com ajuste sazonal)	-0,8	-2,1	-1,7	-1,4
Trimestre / mesmo trimestre no ano anterior	-2,0	-3,0	-4,5	-5,9
Acumulado ao longo do ano / mesmo período do ano anterior	-2,0	-2,5	-3,2	-3,8

Fonte: IBGE. Contas Nacionais



TABELA 5
Taxa de desemprego total, por região metropolitana
Brasil, 2015

Mês	Distrito Federal	Fortaleza	Porto Alegre	Salvador	São Paulo
Janeiro	12,0	7,1	5,7	16,3	9,8
Fevereiro	12,3	7,2	5,8	16,4	10,5
Março	13,2	8,0	6,3	17,3	11,4
Abril	14,1	7,9	7,3	17,5	12,4
Maio	14,4	8,0	7,8	18,2	12,9
Junho	14,2	7,9	8,5	18,0	13,2
Julho	13,6	8,0	9,4	19,0	13,7
Agosto	14,2	8,6	9,7	19,0	13,9
Setembro	14,6	8,9	10,1	19,4	14,2
Outubro	15,1	9,4	10,1	19,4	14,3
Novembro	15,1	9,2	10,2	19,6	14,1
Dezembro	15,4	9,5	9,6	19,9	13,9

Fonte: DIEESE/SEADE, MTPS/FAT e Convênios Regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Reajustes Parcelados, Escalonados e Pagamento de Abono Salarial

Outra característica das negociações de 2015 é o crescimento no número de categorias que parcelaram o pagamento do reajuste salarial. Das 708 negociações analisadas, 90 (cerca de 13% do total) dividiram o pagamento do reajuste em duas ou mais parcelas. A proporção é quase o dobro da observada em 2014 e mais que o triplo da registrada em 2008.

TABELA 6
Reajustes salariais segundo número de parcelas do pagamento,
Brasil, 2008-2015

Parcelas (%)	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Pagamento em uma vez	95,6	93,0	94,8	95,0	95,0	94,6	93,5	87,0
Pagamento Parcelado	3,9	5,4	5,1	4,8	5,0	5,4	6,5	12,7
Em 2 vezes	3,8	4,8	4,6	4,0	5,0	5,4	6,5	11,9
Em 3 vezes	0,1	0,5	0,5	0,9	0,0	0,0	0,0	0,8
Em 4 vezes ou mais	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sem reajuste	0,5	1,6	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Reajustes (nº)	816	815	804	807	802	784	779	708

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Também foi observado o aumento na proporção dos reajustes escalonados – aqueles pagos em valores diferenciados segundo faixas salariais definidas em negociação. Em 2015, quase um



quarto dos reajustes salariais foi pago de forma escalonada. Diferentemente dos reajustes parcelados, que tiveram um salto em 2015, o crescimento no percentual dos reajustes escalonados parece obedecer a uma tendência de vários anos.

Quanto ao pagamento de abono salarial, não se observa mudanças significativas. Cerca de 7% das negociações analisadas em 2015 concederam abono salarial, um percentual próximo ao verificado nos últimos anos.

TABELA 7
Unidades de negociação com reajustes salariais escalonados
e pagamento de abono salarial
Brasil, 2008-2015

								(em%)
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Abono salarial	7,1	6,3	7,3	6,9	7,7	8,5	6,7	6,9
Reajuste escalonado	15,2	15,2	19,4	19,2	21,4	21,5	21,3	24,6

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Reajustes salariais por setores econômicos

As negociações no setor industrial foram as mais impactadas pela crise em 2015. Apenas 45% dos reajustes no setor resultaram em ganhos reais ao salário, 36% foram em valor igual à variação do INPC e 19% ficaram abaixo.

No comércio, as negociações coletivas tiveram um resultado um pouco melhor, com aumentos reais em 53% dos casos e perdas reais em quase 15%. Reajustes iguais ao INPC foram observados em 32% das categorias analisadas no setor.

No setor de serviços notou-se a maior proporção de aumentos reais: cerca de 62% das categorias estudadas registraram ganhos reais aos salários. Por outro lado, perdas reais foram observadas num patamar próximo ao da indústria: 18%. Reajustes iguais ao índice ocorreram em 20% das negociações no setor.

Nos três setores, as perdas e os ganhos reais foram, em sua maioria, de pouca magnitude, com valores muito próximos à variação da inflação medida pelo INPC, com a ressalva de que no Comércio, cerca de 22% dos reajustes analisados do setor resultaram em ganhos da ordem entre 1% e 2% acima da inflação.



TABELA 8
Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com o INPC-IBGE, segundo setor econômico
Brasil, 2015

Variação	Indi	ústria	Con	nércio	Ser	Serviços		
Variação	nº	%	nº	%	nº	%		
Acima do INPC-IBGE	159	45,0	62	53,4	147	61,5		
Mais de 5% acima	0	0,0	0	0,0	5	2,1		
De 4,01% a 5% acima	0	0,0	0	0,0	0	0,0		
De 3,01% a 4% acima	0	0,0	0	0,0	7	2,9		
De 2,01% a 3% acima	3	0,8	0	0,0	13	4,2		
De 1,01% a 2% acima	24	6,8	25	21,6	28	11,7		
De 0,01% a 1% acima	132	37,4	37	31,9	97	40,6		
Igual ao INPC-IBGE	127	36,0	37	31,9	48	20,1		
De 0,01% a 1% abaixo	45	12,7	15	12,9	24	10,0		
De 1,01% a 2% abaixo	9	2,5	2	1,7	14	5,9		
De 2,01% a 3% abaixo	9	2,5	0	0,0	2	0,8		
De 3,01% a 4% abaixo	3	0,8	0	0,0	3	1,3		
De 4,01% a 5% abaixo	0	0,0	0	0,0	0	0,0		
Mais de 5% abaixo	1	0,3	0	0,0	1	0,4		
Abaixo do INPC-IBGE	67	19,0	17	14,7	44	18,4		
Total	353	100,0	116	100,0	239	100,0		

Indústria

No panorama das negociações salariais da indústria, observado desde 2008, as negociações de 2015 foram nitidamente as piores (Gráfico 3).

Entre 2008 e 2014, o percentual de reajustes acima do INPC foi sempre superior a 84%, atingindo seu pico em 2012, quando alcançou 91% das negociações daquele ano. Em 2015, os aumentos reais atingiram 45% das negociações analisadas.

O ganho real médio, que oscilava entre 1% e 2% acima do INPC desde 2008, em 2015 foi praticamente nulo.



GRÁFICO 3
Distribuição dos reajustes salariais na indústria, em comparação com o INPC-IBGE, e variação real média dos reajustes
Brasil, 2008-2015



As negociações coletivas dos trabalhadores nas indústrias gráficas, da alimentação, do vestuário, e da construção e mobiliário foram as mais exitosas na conquista de aumento real na indústria – embora o segmento da construção tenha se destacado também pelo elevado percentual de negociações com reajustes abaixo da inflação (Tabela 9).

Em quatro atividades econômicas houve, na média, perda real: indústrias urbanas, química e farmacêutica, fiação e tecelagem e construção e mobiliário.

O comportamento das negociações dos metalúrgicos foi semelhante ao observado na média do setor.



TABELA 9

Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com o INPC-IBGE, e variação real média dos reajustes, segundo atividades econômicas selecionadas da indústria

Brasil. 2015

Diasii, 2013									
A4: .: .!	Acir	Acima		Igual		Abaixo		al	Variação
Atividade econômica	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	real média (%)
Alimentação	34	61,8	16	29,1	5	9,1	55	100,0	0,30
Construção e Mobiliário	37	52,1	16	22,5	18	25,4	71	100,0	-0,01
Fiação e Tecelagem	5	26,3	11	57,9	3	15,8	19	100,0	-0,07
Gráfica	7	63,6	3	27,3	1	9,1	11	100,0	0,43
Metalúrgica	30	42,9	27	38,6	13	18,6	70	100,0	0,08
Papel, Papelão e Cortiça	4	26,7	11	73,3	0	0	15	100,0	0,13
Química e Farmacêutica	10	38,5	12	46,2	4	15,4	26	100,0	-0,09
Urbana	4	11,8	14	41,2	16	47,1	34	100,0	-0,18
Vestuário	21	55,3	13	34,2	4	10,5	38	100,0	0,26
Total do setor	159	45,0	127	36,0	67	19,0	353	100,0	0,06

Obs.: São apresentadas somente as atividades econômicas com 10 ou mais reajustes registrados em 2015. No total do setor, foram incluídas as demais atividades econômicas

Comércio

No comércio, o desempenho das negociações de 2015 também foi o pior desde 2008, como pode ser observado no Gráfico 4.

Em 2008 e 2009, reajustes salariais acima da inflação foram registrados em mais de 80% das negociações analisadas. Entre 2010 e 2014, os reajustes acima da inflação superaram o patamar de 90%. Em todo o período, o aumento real médio foi quase sempre superior a 1%, à exceção de 2008, atingindo o valor máximo em 2012, de quase 2% acima da variação do INPC. Em 2015, aumentos reais foram observados em 53% das negociações analisadas, e a variação real média foi de apenas 0,33%.



GRÁFICO 4
Distribuição dos reajustes salariais no comércio, em comparação com o INPC-IBGE, e variação real média dos reajustes
Brasil, 2008-2015



No comércio, as negociações dos trabalhadores no segmento de minérios e derivados de petróleo apresentaram o maior percentual de reajustes acima da inflação (63%). Contudo, também apresentaram o maior percentual de reajustes abaixo da inflação (25%). No comércio varejista e atacadista, 53% das negociações obtiveram ganhos reais; e 37%, reajustes igual ao INPC.

TABELA 10

Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com o INPC-IBGE, e variação real média dos reajustes, segundo atividades econômicas selecionadas do Comércio

Brasil, 2015

	Diadii, 2010								
Atividade econômica	Acima		lgual		Abaixo		Total		Variação real média
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	(%)
Minérios e Deriv. Petróleo	10	62,5	2	12,5	4	25,0	16	100,0	0,65
Varejista e Atacadista	51	53,1	35	36,5	10	10,4	96	100,0	0,31
Total do setor	62	53,4	37	31,9	17	14,7	116	100,0	0,33

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: São apresentadas somente as atividades econômicas com 10 ou mais reajustes registrados em 2015. No total do setor, foram incluídas as demais atividades econômicas



Serviços

Diferentemente do observado na indústria e no comércio, os reajustes salariais de 2015 no setor dos serviços não foram os piores do período em análise. Os resultados do ano passado, apesar de representarem uma piora frente aos dados dos anos mais recentes, são ligeiramente melhores que os de 2008 (Gráfico 5).

Embora os serviços apresentem, em geral, maior incidência de reajustes abaixo da variação do INPC quando comparados aos demais setores, o mesmo não ocorreu em 2015. Uma possível explicação é o fato de que grande parte das categorias dos serviços tem data-base no primeiro semestre e, portanto, foi menos afetada pelo agravamento dos indicadores socioeconômicos, como visto anteriormente.⁴

Brasil, 2008-2015 100% 5% 90% 80% Reajustes acima, iguais e abaixo do INPC-IBGE 70% 60% 50% 40% 30% 20% 10% -4% 0% 2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015 278 reaj 274 reaj. 268 reaj 270 reaj 257 reaj 258 reaj. 239 reaj. 271 reaj Acima do INPC-IBGE 59,0% 70,1% 81,7% 78,2% 89,6% 76,7% 88,8% 61,5% Igual ao INPC-IBGE 20.1% 18.6% 10.8% 10.3% 8.1% 12.8% 8.9% 20.1% Abaixo do INPC-IBGE 20,9% 11,3% 7,5% 11,4% 2,2% 10,5% 2,3% 18,4% ■ Variação Real Média 0.40% 0.67% 1.02% 1.77%

GRÁFICO 5
Distribuição dos reajustes salariais nos serviços, em comparação com o INPC-IBGE, e variação real média dos reajustes

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Como indica a Tabela 11, nos segmentos da Segurança e Vigilância e dos Bancos e Seguros Privados, o percentual de negociações com aumento real, em 2015, foi superior a 90%. Destacam-se,

⁴ Ver Tabela 13, no anexo.



também, as negociações na Educação, Turismo e Hospitalidade e Transportes, com aumentos reais em mais de 70% dos acordos analisados.

Nas Comunicações e nos Serviços de Saúde, reajustes iguais à variação da inflação foram observados em mais da metade das negociações consideradas.

As maiores incidências de reajustes abaixo da variação do INPC foram observadas nas negociações do Processamento de Dados e em Comunicações.

TABELA 11

Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com o INPC-IBGE, e variação real média dos salários, segundo atividades econômicas selecionadas dos serviços

Brasil, 2015

	Dia511, 2013								
Asia da la casa û milas	Acima		lgual		Abaixo		Total		Variação
Atividade econômica	nº	%	nº	%	n⁰	%	nº	%	real média (%)
Bancos e Seguros Privados	13	92,9	1	7,1	0	0,0	14	100,0	0,62
Comunicações	4	16,0	13	52,0	8	32,0	25	100,0	-0,62
Educação	26	76,5	7	20,6	1	2,9	34	100,0	0,46
Processamento de Dados	5	41,7	2	16,7	5	41,7	12	100,0	-0,09
Segurança e Vigilância	15	93,8	0	0,0	1	6,3	16	100,0	1,12
Serviços de Saúde	6	24,0	13	52,0	6	24,0	25	100,0	0,04
Transportes	27	71,1	1	2,6	10	26,3	38	100,0	0,18
Turismo e Hospitalidade	42	75,0	4	7,1	10	17,9	56	100,0	1,21
Total do setor	147	61,5	48	20,1	44	18,4	239	100,0	0,43

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: São apresentadas somente as atividades econômicas com 10 ou mais reajustes registrados em 2015. No total do setor, foram incluídas as demais atividades econômicas

Reajustes salariais por regiões geográficas

As negociações salariais da região Sul foram as que tiveram um desempenho melhor em 2015, com cerca de 59,8% dos reajustes acima do INPC, 36,5% em valor igual e apenas 3,7% abaixo (Gráfico 6). O Nordeste, que apresentou um percentual semelhante de reajustes acima da inflação, por outro lado registrou perdas reais em 17% das negociações consideradas. Os piores desempenhos foram observados entre as negociações de abrangência nacional e inter-regional⁵ e nas negociações da Sudeste e Centro-Oeste.

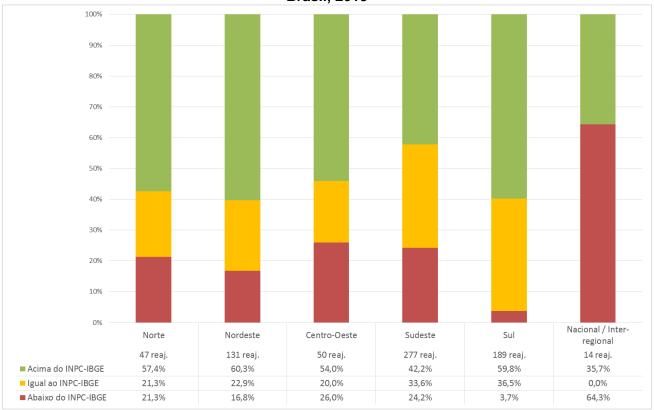
Balanço das negociações dos reajustes salariais de 2015

15

⁵ As negociações de abrangência nacional ou inter-regional são, em sua maioria, realizadas com empresas estatais, que utilizam o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE) como referência de inflação. Em 2015 o IPCA apresentou índices de reposição da inflação menores do que o INPC em nove datas-bases.



GRÁFICO 6
Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com o INPC-IBGE, por região geográfica
Brasil, 2015



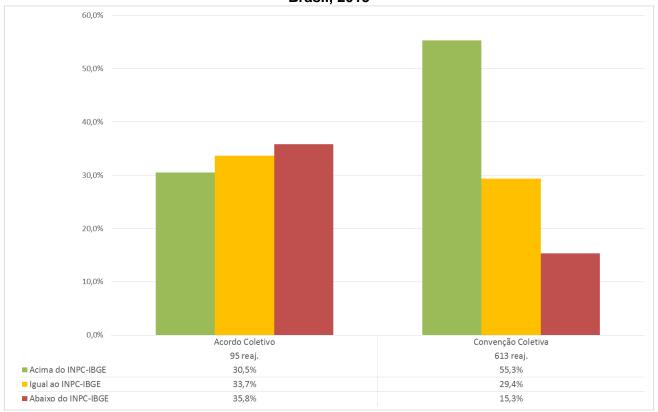
Reajustes salariais por tipo de negociação

As negociações realizadas entre categorias profissionais e econômicas – que resultam em convenções coletivas – registraram um desempenho melhor do que aquelas realizadas entre categorias profissionais e empresas – e que resultam em acordos coletivos (Gráfico 7).

Cerca de 55% das convenções, frente a 31% dos acordos coletivos, informaram reajustes acima do INPC. O percentual de reajustes iguais à inflação foi de 29% e 34%, respectivamente.



GRÁFICO 7
Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com o INPC-IBGE, por tipo de instrumento
Brasil, 2015



Resultados segundo o ICV-DIEESE

De acordo com o Índice do Custo de Vida, calculado pelo DIEESE a partir da variação dos preços na cidade de São Paulo, o percentual de reajustes acima da inflação é de 45%, reajustes iguais à variação do ICV alcançam 2%, e reajustes abaixo desse índice, 53%.



TABELA 12
Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com o ICV-DIEESE
Brasil, 2015

	Reajustes Salariais						
Variação	nº	%					
Acima do ICV-DIEESE	322	45,4					
Mais de 5% acima	0	0,0					
De 4,01% a 5% acima	5	0,7					
De 3,01% a 4% acima	3	0,4					
De 2,01% a 3% acima	12	1,7					
De 1,01% a 2% acima	62	8,8					
De 0,01% a 1% acima	240	33,9					
Igual ao ICV-DIEESE	11	1,6					
De 0,01% a 1% abaixo	329	46,5					
De 1,01% a 2% abaixo	26	3,7					
De 2,01% a 3% abaixo	12	1,7					
De 3,01% a 4% abaixo	6	0,8					
De 4,01% a 5% abaixo	0	0,0					
Mais de 5% abaixo	2	0,3					
Abaixo do ICV-DIEESE	375	53,0					
Total	708	100,0					

Considerações finais

Em 2015, das 708 unidades de negociação analisadas pelo SAS-DIEESE, pouco mais da metade (368, ou 52% do total) conquistou aumentos reais aos salários nas negociações de data-base. Outras 212 unidades de negociação (30%) conquistaram reajustes iguais à variação do INPC e 128 (18%) tiveram reajustes abaixo desse índice. Trata-se do pior desempenho das negociações coletivas de reajuste salarial desde 2004.

Os dados de 2015 só não são piores do que os registrados no período anterior a 2004. Entre 1996 (ano da primeira análise do balanço dos reajustes do DIEESE) e 2003, os reajustes abaixo da inflação eram muito mais frequentes, sempre acima do patamar de 30% das negociações anuais; e as variações reais médias dos salários, quando não irrisórias, eram negativas.

O desempenho das negociações salariais ao longo do ano de 2015 não foi uniforme. A análise revelou que, à medida que 2015 avançava, menos categorias profissionais logravam conquistar aumentos reais aos salários.

Há diversos fatores que podem explicar o desempenho das negociações em 2015. No presente estudo, foram destacados três muito relevantes – a variação da inflação, o crescimento econômico,



expresso na variação do PIB trimestral, e o nível de desemprego, aferido pela PED em cinco regiões metropolitanas. A elevação do patamar inflacionário, a queda na atividade econômica e o aumento das taxas de desemprego certamente influenciaram negativamente o desempenho das negociações coletivas no ano.

Outro exemplo de como o quadro econômico afetou as negociações pode ser observado no crescimento no número de categorias profissionais com reajustes pagos de forma parcelada. Foram 12,7% em 2015, frente a 6,5% em 2014 — praticamente o dobro de casos. Parcelar o pagamento do reajuste salarial foi o recurso encontrado por diversas categorias profissionais para alcançar resultados mais satisfatórios nas mesas de negociação.

Dentre os três setores econômicos analisados, o industrial foi o mais afetado. Menos da metade dos reajustes no setor alcançaram ganhos reais, e 19% tiveram reajustes abaixo da inflação. No setor de serviços, o quadro é mais ambíguo: apresentou a maior proporção de reajustes acima da inflação no estudo, presente em 62% dos acordos do setor, e nível de reajustes abaixo da inflação em proporção quase igual à da indústria: 18%. Uma possível explicação é o fato de que grande parte das negociações do setor possui data-base no primeiro semestre e, por isso, foi pouco afetada pelo agravamento da crise.

Os resultados especialmente ruins das negociações na indústria talvez possam ser explicadas, também, em função da evolução pouco favorável da atividade econômica do setor, que já dura alguns anos. No setor de serviços e no de comércio, a desaceleração econômica é mais recente. Ademais, os salários de boa parte dos trabalhadores do comércio e dos serviços se aproximam do valor do salário mínimo. Assim, a lei de valorização do salário mínimo, ao garantir a reposição das perdas segundo a variação acumulada do INPC, constitui uma referência importante para as negociações coletivas desses setores e sustenta a valorização dos salários de acordo com esse índice.



Anexos

Nesta seção são apresentadas tabelas com informações complementares ao balanço dos reajustes de 2015. A Tabela 13 traz a distribuição dos reajustes analisados por setor econômico segundo as datas-bases das categorias analisadas. A Tabela 14 apresenta a distribuição dos reajustes de acordo com o tipo de instrumento normativo. A Tabela 15 mostra a distribuição dos reajustes segundo o setor e a atividade econômica das categorias profissionais. Por fim, a Tabela 16 traz a distribuição dos reajustes segundo região geográfica e Unidade da Federação.

TABELA 13
Distribuição dos reajustes salariais, por setor econômico, segundo data-base
Brasil, 2015

	Indústria		Comércio			Serviços			Total			
	nº	%	%acum	nº	%	%acum	nº	%	%acum	nº	%	%acum
Jan	34	9,6	9,6	13	11,2	11,2	45	18,8	18,8	92	13,0	13,0
Fev	10	2,8	12,5	1	0,9	12,1	11	4,6	23,4	22	3,1	16,1
Mar	26	7,4	19,8	27	23,3	35,3	37	15,5	38,9	90	12,7	28,8
Abr	22	6,2	26,1	8	6,9	42,2	22	9,2	48,1	52	7,3	36,2
Mai	96	27,2	53,3	12	10,3	52,6	62	25,9	74,1	170	24,0	60,2
Jun	28	7,9	61,2	5	4,3	56,9	15	6,3	80,3	48	6,8	66,9
Jul	14	4,0	65,2	9	7,8	64,7	5	2,1	82,4	28	4,0	70,9
Ago	19	5,4	70,5	2	1,7	66,4	7	2,9	85,4	28	4,0	74,9
Set	35	9,9	80,5	19	16,4	82,8	22	9,2	94,6	76	10,7	85,6
Out	30	8,5	89,0	7	6,0	88,8	7	2,9	97,5	44	6,2	91,8
Nov	36	10,2	99,2	11	9,5	98,3	4	1,7	99,2	51	7,2	99,0
Dez	3	0,8	100,0	2	1,7	100,0	2	0,8	100,0	7	1,0	100,0
Total	353	100,0	-	116	100,0	-	239	100,0	-	708	100,0	=

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

TABELA 14
Distribuição dos reajustes salariais, segundo tipo de instrumento
Brasil, 2015

Instrumento	Reajustes Salariais					
Normativo	nº	%				
Acordo Coletivo	95	13,4				
Convenção Coletiva	613	86,6				
Total	708	100,0				

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários



TABELA 15 Distribuição dos reajustes salariais, segundo setor e atividade econômica Brasil, 2015

Brasil, 2015	Reajustes Salariais		
Setor / Atividade Econômica	n ^o	%	
Comércio	116	16,4	
Minérios e Derivados de Petróleo	16	2,3	
Propagandistas e Vendedores de Produtos Farmacêuticos	4	0,6	
Varejista e Atacadista	96	13,6	
Indústria	353	49,9	
Alimentação	55	7,8	
Artefatos de Borracha	5	0,7	
Artefatos de Couro	1	0,1	
Construção e Mobiliário	71	10,0	
Extrativa	4	0,6	
Fiação e Tecelagem	19	2,7	
Gráfica	11	1,6	
Instrumentos Musicais e Brinquedos	1	0,1	
Joalheria e Lapidação	1	0,1	
Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico	70	9,9	
Papel, Papelão e Cortiça	15	2,1	
Química e Farmacêutica	26	3,7	
Urbana	34	4,8	
Vestuário	38	5,4	
Vidros	2	0,3	
Serviços	239	33,8	
Agentes Autônomos no Comércio	9	1,3	
Bancos e Seguros Privados	14	2,0	
Comunicações, Publicidade e Empresas Jornalísticas	25	3,5	
Cultura Física	1	0,1	
Difusão Cultural	9	1,3	
Educação	34	4,8	
Processamento de Dados	12	1,7	
Segurança e Vigilância	16	2,3	
Serviços de Saúde	25	3,5	
Transportes	38	5,4	
Turismo e Hospitalidade	56	7,9	
Total	708	100,0	

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários



TABELA 16 Distribuição dos reajustes salariais, segundo região geográfica e Unidade da Federação Brasil, 2015

Danië - Oan w/fina / Haidada da Fadawa e	Reajustes	Reajustes Salariais		
Região Geográfica / Unidade da Federação	nº	%		
Norte	47	6,6		
Amazonas	20	2,8		
Pará	22	3,1		
Rondônia	4	0,6		
Roraima	1	0,1		
Nordeste	131	18,5		
Alagoas	3	0,4		
Bahia	44	6,2		
Ceará	22	3,1		
Maranhão	1	0,1		
Paraíba	10	1,4		
Pernambuco	25	3,5		
Piauí	3	0,4		
Rio Grande do Norte	14	2,0		
Sergipe	9	1,3		
Centro-Oeste	50	7,1		
Distrito Federal	18	2,5		
Goiás	23	3,2		
Mato Grosso	5	0,7		
Mato Grosso do Sul	4	0,6		
Sudeste	277	39,1		
Espírito Santo	11	1,6		
Minas Gerais	52	7,3		
Rio de Janeiro	65	9,2		
São Paulo	149	21,0		
Sul	189	26,7		
Paraná	62	8,8		
Rio Grande do Sul	72	10,2		
Santa Catarina	55	7,8		
Nacional/Inter-regional	14	2,0		
Total	708	100,0		

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários



Notas metodológicas

- 1. As informações que embasam este estudo foram extraídas de acordos e convenções coletivas de trabalho registradas no Sistema de Acompanhamento de Salários (SAS-DIEESE). Os documentos foram remetidos ao DIEESE pelas entidades sindicais envolvidas nas negociações coletivas, pelos escritórios regionais e subseções (unidades de trabalho que funcionam dentro de entidades sindicais) ou captados diretamente no Sistema Mediador, base de dados de instrumentos coletivos mantida pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social. Complementarmente, também foi considerado o noticiário da imprensa escrita e dos veículos impressos ou virtuais do meio sindical jornais e revistas de sindicatos representativos de trabalhadores e de entidades sindicais empresariais.
- 2. Os dados aqui apresentados têm valor indicativo e buscam captar tendências da negociação salarial no país.
- O painel de informações utilizado não permite extrapolações para além do conjunto exposto neste trabalho, dado que não se trata de amostra probabilística.
- 4. Cada registro refere-se a uma unidade de negociação. Por unidade de negociação, entende-se cada núcleo de negociação coletiva entre representantes de trabalhadores e empresários que resulta em um contrato formalizado entre as partes.
- 5. O presente estudo analisou os reajustes salariais acordados por 708 unidades de negociação da Indústria, Comércio e Serviços. Estas negociações fazem parte de um painel fixo de 895 unidades de negociação acompanhadas anualmente pelo SAS-DIEESE desde 2008.
- 6. Foram excluídos desta pesquisa os reajustes conquistados pelas entidades representativas dos trabalhadores rurais e do funcionalismo público. Isto se deve às peculiaridades da dinâmica e dos resultados das negociações dessas categorias, que diferem significativamente das desenvolvidas nos demais setores econômicos.
- 7. O foco exclusivo das análises desenvolvidas nesta pesquisa são as negociações por reajuste dos salários diretos. Não faz parte das pretensões deste trabalho, portanto, a abordagem dos efeitos de vantagens compensatórias acordadas sob a forma de remuneração indireta ou variável (auxílios e adicionais).
- 8. Os reajustes aplicados aos pisos salariais são, em geral, diferentes dos aplicados aos demais salários. No presente estudo, foram considerados somente os reajustes aplicados aos salários superiores aos pisos.



- 9. No caso de reajustes salariais escalonados por faixas de remuneração, foi registrado o percentual incidente sobre o menor salário ou, quando disponível a informação, sobre a faixa salarial mais abrangente.
- 10. Nas tabelas do estudo, os percentuais serão sempre apresentados com arredondamento na primeira casa decimal, à exceção dos percentuais de inflação e aumento real médio, apresentados com arredondamento na segunda casa decimal. No texto, aparecerão arredondados para o valor inteiro mais próximo, resguardada a ressalva feita em relação aos índices de inflação e aumento real médio.





Rua Aurora, 957 - Centro - São Paulo/SP

012009-001

Fone: (11) 3874-5366 - Fax: (11) 3874-5394

E-mail: en@diesse.org.br http://www.dieese.org.br

Direção Sindical Executiva

Zenaide Honório - Presidente

APEOESP - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Luís Carlos de Oliveira - Vice-Presidente

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo, Mogi das Cruzes e Região – SP

Antônio de Sousa – Secretário Executivo

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região – SP

Alceu Luiz dos Santos - Diretor Executivo

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, de Máquinas, Mecânicas, de Material Elétrico, de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba – PR

Bernardino Jesus de Brito – Diretor Executivo

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Cibele Granito Santana – Diretora Executiva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas – SP

Josinaldo José de Barros – Diretor Executivo

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos, Arujá, Mairiporã e Santa Isabel – SP

Mara Luzia Feltes – Diretora Executiva

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos, Perícias, Informações, Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul – RS

Nelsi Rodrigues da Silva – Diretor Executivo

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – SP

Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa – Diretor Executivo

Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA

Raquel Kacelnilkas – Diretora Executiva

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Roberto Alves da Silva - Diretor Executivo

Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo – SP

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico

Patrícia Pelatieri – Coordenadora Executiva

Rosana de Freitas – Coordenadora Administrativa e Financeira

Nelson de Chueri Karam – Coordenador de Educação

José Silvestre Prado de Oliveira - Coordenador de Relações Sindicais

Airton Santos - Coordenador de Atendimento Técnico Sindical

Angela Schwengber – Coordenadora de Estudos e Desenvolvimento

Equipe Técnica Responsável

Luís Augusto Ribeiro da Costa

Equipe de Crítica e Revisão Técnica

Frederico Melo José Álvaro Cardoso José Silvestre Prado de Oliveira Paulo Jager Iara Heger (revisão de texto)